

Maio.2025

SÍNTESE TRIBUTÁRIA



PRINCIPAIS JULGAMENTOS

1. STJ define que a compra tributada de insumos para produtos imunes também dá direito a créditos de IPI

O STJ fixou a tese de que gera direito a créditos de IPI, nos termos no art. 11 da Lei n. 9.779/99, a aquisição tributada de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem utilizados na industrialização, ainda que de produtos isentos, sujeitos à alíquota zero e imunes.

Tema 1.247/STJ

2. STF julga constitucional a inclusão de PIS/COFINS na base da CPRB

O STF afastou o racional da “tese do século” (Tema 69), que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins, e utilizou como fundamento os Temas 1.048 e 1.135, que validaram a inclusão do ICMS e do ISS na base da CPRB. Prevaleceu a circunstância de que a contribuição é facultativa e possui base própria que inclui tributos sobre a receita.

Tema 1.186/STF





NOVIDADES LEGISLATIVAS

Governo Federal altera regras do IOF

Os Decretos nº 12.466/2025 e 12.467/2025 promoveram relevantes alterações na regulamentação do IOF, especialmente nas operações de crédito, câmbio e seguro. As mudanças incluem: (i) nova alíquota de 5% sobre aportes superiores a R\$ 50 mil em seguros de vida com cobertura por sobrevivência; (ii) aumento das alíquotas do IOF-Crédito para pessoas jurídicas, MEIs e optantes do Simples, com destaque para a elevação da alíquota máxima para 3,95%; (iii) enquadramento da antecipação de pagamentos a fornecedores como operação de crédito; e (iv) elevação generalizada das alíquotas do IOF-Câmbio para 3,5% em diversas operações, além da revogação da extinção gradual do tributo prevista até 2029.

Receita Federal altera a lista de países com tributação favorecida e de regimes fiscais privilegiados

A Receita Federal publicou a Instrução Normativa nº 2.265/2025, atualizando a lista de países com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados, com base na Lei nº 15.079/2024, que passou a permitir a exclusão de jurisdições que promovam investimentos relevantes no Brasil. Entre as principais mudanças estão a retirada dos Emirados Árabes Unidos da lista e a exclusão de um regime aplicável a holdings na Áustria. A norma também consolida a alíquota mínima de 17% do IR para definição de paraíso fiscal, refletindo ajustes já previstos na Lei nº 14.596/2023



O QUE VEM POR AÍ

STF deve finalizar o julgamento sobre a constitucionalidade da CIDE-remessas em junho

O julgamento se iniciou em maio, mas foi suspenso e reincluído na pauta de julgamentos da primeira semana de junho da Suprema Corte. O placar atual é de 1x1, com votos dos Ministros Luiz Fux (favorável aos contribuintes) e Flávio Dino (desfavorável aos contribuintes).

STF julgará incidência de PIS, Cofins e CSLL sobre atos cooperativos

Com julgamento virtual previsto para encerrar em 06 de junho, o STF deverá decidir se incidem PIS, Cofins e CSLL sobre os valores decorrentes de atos cooperativos praticados por sociedades cooperativas. A relatoria é do ministro Luís Roberto Barroso, atual presidente da Corte.

STF voltará a julgar a compatibilidade entre a tributação de lucros no exterior e acordos de bitributação

Entre 6 e 13 de junho, o STF retomará o julgamento sobre a incidência de IRPJ e CSLL sobre lucros de controladas da Vale no exterior. A discussão gira em torno da aplicação de acordos de bitributação e sua compatibilidade com referida tributação.



São Paulo | SP

**Rua Alves Guimarães, 1120 – 1º andar
Pinheiros
05410-002**

www.lavezcoutinho.com.br

**lavezc
coutinho** 